

BCSD Portugal: “Portugal está melhor do que há 15 anos” no combate às alterações climáticas

28 de Junho, 2023

O Acordo de Paris sobre o Clima, os 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) das Nações Unidas e o Pacto Ecológico Europeu, com a Europa a ser um espaço de vanguarda pela luta das alterações climáticas, são as referência-base do Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal). Foi precisamente em torno dos “Desafios e Caminhos para 2030” e com as empresas como pano de fundo, que o BCSD Portugal se debruçou em mais uma Conferência Anual, que decorre esta quarta-feira no Centro de Congressos da Alfândega do Porto.

Coube a **António Pires de Lima, Presidente do BCSD Portugal**, abordar as “Tendências e metas ESG até 2030”, começando por evidenciar, com base num relatório global de acompanhamento do desempenho das metas, que apenas 12% dos 17 ODS estabelecidos estão no bom caminho e metade das metas estabelecidas estão a revelar algum progresso, ainda que longe das metas: “Não estamos *on track* para cumprirmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030”. Além disso, segundo o mesmo relatório, cerca de “30% – parcela muito importante – não está a registar qualquer evolução significativa que possa significar uma esperança”, relativamente a 2030: “Apesar de 10 dos 17 (ODS) estarem num bom caminho, a ideia que se transmite, na grande maioria, é de que o progresso alcançado não é suficiente, como são exemplos o combate à fome, a igualdade de género, a evolução das energias renováveis, a educação das desigualdades, a proteção da vida marinha, bem como o registo de parceria entre os setores públicos, empresas ou associações”.

Já em Portugal, tendo em conta os **248 indicadores definidos para as 169 metas dos 17 ODS**, o INE avaliou, recentemente, o desempenho de **170 indicadores entre 2015 e 2022**, registando uma “evolução positiva no sentido correto”, “positiva em 101 indicadores” e “em 20 (indicadores), já atingiu as metas defendidas para 2030”. Estes dados, para António Pires de Lima, são demonstradores do “esforço que, enquanto comunidade e nação, estamos a fazer para cumprirmos com os objetivos que assumimos até 2030”. Ainda assim, há áreas como a “proteção do território ou a biodiversidade” que carecem de resposta: “Estamos ainda com um *gap* relativamente ao que é necessário”.

Relembrando que a prioridade do BCSD se tem centrado na proteção do meio ambiente e no combate às alterações climáticas, com as empresas a serem aliado em dar um contributo positivo ao nível da descarbonização, o responsável destaca o progresso que se registou nesse sentido, entre 2004 e 2022: “Portugal, tal como outros países da União Europeia, emitiu em 2022 cerca de menos um terço das emissões de CO2 que emitia há 18 anos”. E, apesar do crescimento da economia ter sido moderado, António Pires de Lima dá nota que, no ano passado, Portugal chegou a um patamar económico mais elevado do que em 2005: “Foi possível conciliar algum crescimento económico com redução de emissões de gases com efeito de estufa”. O ano de 2022 é um bom exemplo

disso: “A nossa economia cresceu quase 7% e a emissão de CO2 reduziu 2% (...), quando se antevia, devido à guerra, um aumento de emissões e apresentava-se como um ano de regressão”. Apesar de ainda “ser pouco para a ambição”, o presidente do BCSD Portugal reconhece que o país “está numa linha positiva e melhor do que há 15 anos”.

Esta evolução deve-se, precisamente, à produção de energia renovável, “uma aposta estratégica, política e com seguimento, que teve um papel muito importante: em 2021, 65% da produção de energia, foi feita com base em energias renováveis”. Este é um valor que permite a Portugal estar “na vanguarda neste tema”, quando comparado com outros países.

“Como é que é possível falar em mobilidade de rodoviária elétrica, quando o stock de carros elétricos não chega a 1%?”

Apesar da grande maioria dos setores terem tido uma “evolução positiva”, o mesmo não acontece na área dos transportes, o que, para o presidente da BCSD Portugal, “justifica a necessidade política de termos uma rede ferroviária elétrica” que possa competir com outros modos de transporte existentes em Portugal: “Pensar que a descarbonização na área dos transportes se vai dar pelas pessoas se deixarem de transportar é uma ilusão”. Por isso, o desafio está em “permitir que as pessoas continuem a se deslocar e transportar, mas que essa mobilidade não afete negativamente o ambiente”, defende o responsável, acreditando que a “transição elétrica no tema dos transportes é ainda muito crítica”. Nesta ordem de ideias, António Pires Lima chama a atenção para os discursos de autossatisfação e de elogio relativamente à performance de Portugal, onde se ouve muitas vezes que “somos dos países mais avançados, temos imensos carregadores elétricos e uma percentagem de carros elétricos que já atingiu 30% dos carros novos vendidos em 2023”. Mas, se o critério é “carros totalmente elétricos”, em Portugal, “estamos com cerca de 15% da venda de carros novos”: “Como é que possível falar em mobilidade de rodoviária elétrica, quando o stock de carros elétricos não chega a 1% e com os portugueses a renovarem a sua frota automóvel a cada 10 anos?”, questiona. Para o presidente do BCSD Portugal, há aqui um desafio que poderia justificar uma “maior ambição política dos agentes públicos e das empresas”, no sentido de que “a percentagem de carros elétricos crescesse mais rapidamente, através de “um mix de política, como apoios e preço de eletricidade”, sendo mais compatível com a “ambição de, em 5 a 10 anos, termos uma parque de carros elétricos maioritários no país”. Outro desafio é a rede de carregamento que está muito concertada nas cidades e no Litoral: “A nossa densidade de carregadores de carros elétricos não é má, mas está muito centrada nas principais cidades”. Assim sendo, do ponto de vista ambiental e descarbonização, há um desafio: “A área dos transportes e mobilidade não tem acompanhado aquilo que é evolução de outros setores no desafio da descarbonização”.

“Quanto mais diversas são as empresas, mais competitivas e mais resultados apresentam”

Um elemento que é fundamental no propósito do BSCD são as pessoas e, por isso, foi introduzida uma segunda prioridade de atuação no Plano Estratégico aprovado em 2022, e que assenta na diversidade e inclusão como fator de competitividade e sustentabilidade nas empresas.

Partilhando os resultados do World Economic Forum Global Report, publicado há uma semana, o presidente do BCSD Portugal dá nota de que Portugal está em 32º lugar no total de 146 países avaliados, com um bom desempenho na paridade em setores como a educação ou a saúde. Mas o mesmo não acontece nas empresas e na política: “O universo continua a ser excessivamente masculino e quem perde são as empresas e a política, pois uma política mais igual, diversa e inclusiva e empresas com maior paridade em funções de topo daria lugar a melhor política e melhor governança”. Aliás, estudos da McKinsey & Company dão nota que “quanto mais diversas são as empresas, mais competitivas e mais resultados apresentam”, remata.